



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 52ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2014

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do deputado Gilberto Abramo; Questões de Ordem; aprovação da ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 5.359/2014 - Projeto de Lei nº 5.360/2014 - Requerimentos nºs 8.493 a 8.495/2014 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos - Comunicações: Comunicações da Comissão de Direitos Humanos e do deputado Celinho do Sinttrocel (2) - Chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Henrique - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Tenente Lúcio - Tony Carlos - Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado João Leite) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Sargento Rodrigues, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Gilberto Abramo.

O deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, no dia de ontem solicitei esclarecimento à Mesa, e o fiz através de questão de ordem, a respeito da presença de deputado na Assembleia.

Questões de Ordem

O deputado Gilberto Abramo - O Regimento Interno determina o tipo de vestimenta que o parlamentar deve usar para ter acesso às reuniões do Plenário e de comissões, o que faz com que sua presença seja computada para efeito de quórum. No entanto, se ele não estiver de terno, paletó e gravata, ainda que esteja do lado de fora deste salão, não exerce o seu direito de parlamentar, não está aplicando aquilo que realmente lhe compete. Pedi uma explicação: até que ponto a presença de deputado pode ser computada para



efeito de quórum, caso ele não esteja vestido de acordo com o Regimento Interno? Estou fazendo esse questionamento de acordo com o regimento, não estou pedindo o que é de praxe. Gostaria de saber se isso é permitido. Se não consta no regimento, há falha na forma como o processo está sendo conduzido ou há esquecimento, necessitando-se, assim, de uma adaptação melhor no próprio regimento. Fiz essa questão de ordem e ainda não recebi resposta. Espero que na próxima reunião tenhamos essa resposta, que deve ser lida em Plenário. Solicito a recomposição de quórum nesta reunião, uma vez que há apenas oito deputados presentes.

O presidente - Deputado Gilberto Abramo, V. Exa. tem larga experiência neste parlamento e sabe que a ata lida pelo deputado Sargento Rodrigues é a ata sucinta. A ata minuciosa, contendo todo o teor da reunião, será publicada. A presidência encaminha sua solicitação à Mesa da Assembleia para esclarecimentos. V. Exa. solicita ainda a recomposição de quórum. Ouviremos o deputado Sargento Rodrigues e posteriormente atenderemos sua solicitação.

O deputado Gilberto Abramo - Obrigado pela compreensão, presidente.

O presidente - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues - Presidente, quero apenas hipotecar apoio ao deputado Gilberto Abramo na questão de ordem que levanta. Lugar de deputado no início da reunião é dentro do Plenário, vestido de forma adequada, conforme decisão normativa da presidência. E essa decisão determina o uso de terno e gravata. Portanto, se o deputado não estiver em Plenário, sua presença não poderá ser computada para efeito algum. Nem para efeito de debate, votação ou qualquer outra discussão da matéria no Plenário. Precisamos internalizar cada vez mais as normas que regem nossos trabalhos. Lugar de deputado, quando se abre a sessão, é em Plenário. O deputado que computa a sua presença e se ausenta do Plenário teve a opção de digitar a presença e sair. Se ele não permanece em Plenário, a presença dele não deve ser mantida. Cada deputado faz sua escolha mediante o que está no Regimento Interno. Agora, deputado adentrar ao Plenário sem estar trajado adequadamente é uma questão muito primária para ficarmos aqui cobrando. Diria a V. Exa. que é algo inaceitável. O deputado sabe de sua obrigação e que tem de cumprir o Regimento Interno, então não pode ficar afrontando. Portanto, quero falar da minha solidariedade na questão de ordem levantada pelo deputado Gilberto Abramo. Lugar de deputado no momento de votação é em Plenário ou nas comissões, conforme o regimento permite. Se ele estiver em comissão, estará cumprindo o papel dele. Lá há uma mesa para ele digitar sua presença. Lá é extensão do Plenário. Porém, se não estiver na Casa, cada deputado tem de assumir a responsabilidade de não estar presente. Não foi por acaso que apresentamos uma proposta de emenda à Constituição, a de número 54, para que seja cortado o dia de vencimento do deputado que não esteja em Plenário. Se a reunião for suspensa por algum motivo ou encerrada por falta de quórum, tudo bem, mas, se a reunião prosseguir e o deputado não estiver em Plenário, será uma outra questão. Temos de avançar um pouco mais. Esta Casa precisa dar mais bons exemplos. Já deu vários, só não deu bom exemplo quando aprovou penduricalho do Judiciário e do Ministério Público, que foi na contramão da própria Assembleia. O famoso auxílio-livro de R\$13.000,00 foi um contrassenso. Esta Casa tem de ter postura mais ética, séria e transparente. Portanto, deputado tem de estar de terno e gravata e presente em Plenário. É assim que o regimento e a decisão normativa da presidência determinam. Sr. Presidente, apenas quero registrar minha fala em apoio à pessoa do deputado Gilberto Abramo. Quer participar do debate? É aqui dentro. Lá fora não se participa do debate. Quer permanecer com sua presença aqui? Permaneça em Plenário, porque senão não adianta. Não foi por acaso que conseguimos, depois de muita luta, deputado Gilberto Abramo - obviamente num consenso - aprovar a Emenda à Constituição nº 91, que teve como primeiro signatário este deputado, abolindo o voto secreto. Agora, em toda e qualquer votação, até mesmo simbólica, temos de estar aqui. Temos de colocar o dedo e votar. Gostaria de dizer que a sua questão de ordem aqui suscitada é séria e pertinente. O presidente desta Casa, o presidente deste Poder tem de assumir postura mais enérgica, sob pena de estar deixando de ser o guardião do regimento, que é função do presidente da Casa. Ele tem de ser guardião, norteador, disciplinador, dirimir conflitos e debates ao presidir as sessões desta Casa. Cabe ao presidente deste Poder estar atento e não continuar permitindo isso. Se não está atento, chama o colégio de líderes e demais deputados, faz reuniões, pois lugar de deputado é em Plenário, trajado de forma adequada e respeitando o regimento. Apenas quero deixar consignada a minha discussão da ata em apoio ao questionamento feito pelo deputado Gilberto Abramo.

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta fase e não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Correspondência

- O deputado Tony Carlos, 1º-secretário *ad hoc*, despacha a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Antonio José Gonçalves Henriques, diretor executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social, destinados ao custeio das ações e serviços socioassistenciais de caráter continuado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Danilo Antonio de Souza Castro, secretário adjunto de Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 4.542, 4.767/2013, 5.014, 5.016, 5.110, 5.149 a 5.152, 5.179, 5.180, 5.186/2014, em atenção a pedidos de diligência da Comissão de Justiça, e 4.944/2014, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Política Agropecuária. (- Anexem-se o ofício e as informações aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Dilson Fonseca da Silva, presidente da Minérios Itaúna Ltda., agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento do deputado Ivair Nogueira, pela conquista do Prêmio Bom Exemplo 2014, na categoria Meio Ambiente.

Do Sr. Fábio Augusto Andrade, diretor de Relações Institucionais da Claro, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Assuntos Municipais encaminhado por meio do Ofício nº 823/2014/SGM.

Do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.802/2014, do deputado Anselmo José Domingos.



Do Sr. Luiz Antônio Sasdelli Prudente, corregedor-geral do Ministério Público do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.270/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.475/2012, da Comissão de Assuntos Municipais, e 5.627/2013 e 7.283/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.433 e 3.434/2012, da Comissão de Segurança Pública; 6.003/2013, da Comissão de Direitos Humanos; 6.076/2013, da Comissão de Assuntos Municipais; e 6.774/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Rodrigo Gonçalves Marciano de Oliveira, promotor de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.453/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Tassia Rabelo de Pinho, secretária executiva do Conselho Nacional de Direitos Humanos, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.939/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.359/2014

Ratifica o Convênio nº 55/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 22 de maio de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificado o Convênio nº 55/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 22 de maio de 2014, que autoriza o Estado de Minas Gerais a conceder isenção do ICMS em operação com combustível de aviação que especifica, no Dia Internacional do Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de julho de 2014.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

- Inclua-se o projeto em ordem do dia.

PROJETO DE LEI Nº 5.360/2014

Dispõe sobre a obrigatoriedade de manter-se, no mínimo, um vagão, em cada composição de trem ou metrô, para uso exclusivo de mulheres no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As empresas que administram o sistema ferroviário e metroviário no Estado de Minas Gerais ficam obrigadas a destinar, no mínimo, um vagão, em cada composição de trem ou metrô, para uso exclusivo de mulheres.

§ 1º - A manutenção dos vagões com tal finalidade não será obrigatória entre a primeira hora do sábado até a última hora do domingo, bem como nos feriados estaduais ou federais, entre a primeira e última hora destes.

§ 2º - Crianças menores do sexo masculino acompanhadas por mulheres poderão utilizar os vagões referidos no *caput* deste artigo.

Art. 2º - As empresas citadas no art. 1º terão prazo de noventa dias a contar da publicação desta lei para se adequarem às normas aqui contidas.

Parágrafo único - Findo o prazo citado no art. 2º, as empresas arcarão com multa a ser fixada por órgão competente e demais sanções eventuais a serem definidas pelas autoridades competentes.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de julho de 2014.

Gilberto Abramo

Justificação: São comuns reclamações de mulheres acerca de abusos cometidos contra elas no metrô em horários de pico.

Infelizmente, grande parte da população feminina é obrigada a conviver com abusos pela falta de espaço nas composições. Essa situação é constrangedora para as que são obrigadas a utilizar esse meio de transporte, pois, na falta de espaço nos vagões, as mulheres não têm outra opção senão “aguentar” esse constrangimento durante todo o percurso, que muitas vezes é longo.

Infelizmente as mulheres não são respeitadas nessas composições, nem mesmo quando acompanhadas por filhos menores.

Diante do exposto, tomo a liberdade de apresentar esta proposição, pois os problemas de assédio às mulheres são comuns, e cabe a nós minimizarmos, diante do possível, essa situação.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Bosco. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.256/2013, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.493/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, por sua atuação na ocorrência, em 7/7/2014, em Ipatinga, que resultou na apreensão de 42kg de maconha e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.494/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os bombeiros militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 8/7/2014, em Itatiaiuçu, que resultou no resgate de um adolescente que havia sido soterrado



após a queda de um muro de arrimo; e seja encaminhado ao Comando-Geral do CBMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.495/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita a inserção nos anais da Casa de manifestação de apoio à Associação dos Especialistas em Políticas e Gestão da Saúde do Estado de Minas Gerais. (- À Mesa da Assembleia.)

Da Comissão de Direitos Humanos em que solicita seja encaminhado à Presidência desta Casa pedido de providências para dar celeridade à tramitação do Projeto de Lei nº 127/2011, que estabelece a Política Estadual da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 127/2011.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Presidência comunicações da Comissão de Direitos Humanos e do deputado Celinho do Sinttrocel (2).

O presidente - A presidência, em atenção à questão de ordem anteriormente suscitada pelo deputado Gilberto Abramo, solicita à secretária que proceda à chamada das deputadas e dos deputados para a recomposição de quórum.

A secretária (deputada Maria Tereza Lara) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 9 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de segunda-feira, dia 14, às 14 e às 20 horas, e de terça-feira, dia 15, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária também de terça-feira, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 15/7/2014.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/6/2014

Às 14h15min, comparece na Câmara Municipal de Ponte Nova o deputado Paulo Lamac, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a atuação da fiscalização do DER-MG e a mobilidade intermunicipal dos moradores de municípios da Região do Vale do Piranga, em especial Acaiaca, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos e Ponte Nova. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Valeria Alvarenga e Patricia Monteiro Castanheira, vereadoras de Ponte Nova, e os Srs. Paulo Augusto Malta Moreira, prefeito municipal de Ponte Nova; Aroldo Fernandes Gomes, prefeito municipal de Diogo de Vasconcelos; Anísio Ferreira da Silva Filho, João Evangelista Vidal e Wellington Sabino de Oliveira, vereadores de Ponte Nova; Ten. PM Antônio Carlos Teixeira de Souza, representando o Maj. PM Luiz Faustino; João da Silva Machado, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos de Passageiros de Ponte Nova e Região; Gilson José Xavier de Souza, empresário; José Flávio de Andrade, empresário; e Valdir Barbosa, motorista, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2014.

Paulo Lamac, presidente – Rogério Correia – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2014

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bosco e Fred Costa (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a educação e a aprendizagem inclusiva aos alunos com necessidades educacionais especiais no Estado e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.045/2014, em turno único. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Soraya Issa Hoirom de Siqueira, superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino, representando Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Estado de Educação; Denise Martins Ferreira, psicóloga, representando o Sr. Roberto Chateaubriand Domingues, presidente do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região; Joana Isabel Drummond de Camargo Penayo, presidente da Comissão de Saúde do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 6ª Região, representando a Sra. Rafaela Linhares Taboada Gorza, presidente desse conselho; Lais Maria Costa Silveira, promotora de justiça da Promotoria Especializada de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos; Andrea Aparecida Araújo Zica, diretora pedagógica do Instituto Libertas de Educação e Cultura; Inez Lemos, psicanalista e mestre em educação pela UFMG, consultora em educação e colaboradora do caderno Pensar do jornal *Estado de Minas*; e os Srs. Humberto Lucchesi de Carvalho, presidente da Comissão de Articulação e Acesso ao Conselho Nacional de Justiça da OAB-MG; e José Ferreira Belisário Filho, psiquiatra e doutor em ciências da saúde, membro do Conselho Técnico-Científico do Centro de Aprimoramento do Ensino Médio do Ministério da Educação, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam



suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2014.

Duarte Bechir, presidente - Maria Tereza Lara - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/6/2014

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Antônio Carlos Arantes, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a retomar o debate sobre segurança no meio rural com o crescente aumento de furtos e roubos nas fazendas no Estado e a discutir e a votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Antônio Gama, subsecretário de Agronegócios, representando o Sr. André Luiz Coelho Merlo, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ten.-Cel. Daniel Garcia, coordenador do Centro Integrado de Informações de Defesa Social, e Maj. PM Eugênio Pascoal da Cunha Valadares, representando Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Rosilene Alves de Souza, delegada-geral de Polícia Civil, representando o Sr. Oliveira Santiago Maciel, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Marcos de Abreu e Silva, diretor da Faemg, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg; Antônio Tarcizo de Andrade e Silva, diretor-superintendente da Associação Mineira de Silvicultura; Jadir Silva de Oliveira, gerente ambiental, representando o Sr. Mário Campos Filho, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais - Siamig; Manoel Joaquim da Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Boa Esperança; Edvaldo Piccinini Teixeira, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Reinaldo Vilela Paranaíba Filho, presidente da Associação de Municípios da Região do Baixo Sapucaí, sede em Varginha, que são convidados a tomar assento à mesa. O deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece considerações iniciais. Neste momento, observa-se a presença dos deputados Romel Anízio e Inácio Franco, que também fazem suas considerações. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Romel Anízio- Inácio Franco.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/6/2014

Às 15h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Duilio de Castro (substituindo a deputada Liza Prado, por indicação da Liderança do BAM) e Elismar Prado (substituindo o deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Elismar Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, a presidência suspende os trabalhos. Às 16h35min, são retomados os trabalhos. Estão presentes os deputados Antônio Carlos Arantes, Doutor Wilson Batista e Elismar Prado (substituindo o deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do MSC). Ato contínuo, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, que ocorrerão amanhã, dia 25/6/2014, às 10, 15 e 20 horas, para apreciar os Projetos de Lei nºs 1.055 e 1.818/2011, 3.037/2012, no 2º turno, 4.802/2013 e 5.168/2014, em turno único, e o Requerimento nº 8.255/2014, em turno único, e discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Sebastião Costa - João Leite.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/6/2014

Às 20h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, João Leite (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da Liderança do BTR) e Sebastião Costa (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir os trabalhos são suspensos. Reabertos os trabalhos, registram-se as presenças dos deputados Cássio Soares, Antônio Carlos Arantes e Luiz Henrique (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da Liderança do BTR). Ato contínuo, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2014.



Liza Prado, presidente – Maria Tereza Lara – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/6/2014

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do MSC) e os deputados Carlos Pimenta e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: convite do deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa, dos Srs. José Geraldo de Oliveira Prado, secretário de Estado de Saúde, Antônio Carlos de Barros Martins, presidente da Fhemig, e Charles Simão Filho, diretor do Complexo MG Transplantes, para a solenidade de inauguração do monumento em homenagem aos doadores mineiros de órgãos e tecidos, a ser realizada no dia 30/6/2014, às 10h, no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira; e-mails do Sr. Ademir Ribeiro da Silva, solicitando sejam tomadas providências quanto à fiscalização do abate de animais para consumo humano no Município de Divisópolis, pois a prefeitura local alega não ter recursos financeiros para a construção e manutenção de um abatedouro público, sendo as carnes vendidas em feiras ao ar livre, expondo a população a um grande número de agentes nocivos. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Sávio Camilo Giarola do Nascimento, presidente da Câmara Municipal de Tiradentes (12/6/2014); e Alexandre Pires de Lima, diretor da Secretaria Geral e do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (24/6/2014). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 65/2011 no 2º turno (deputado Doutor Wilson Batista); 2.710/2011 no 1º turno (deputado Carlos Pimenta); 5.247/2014 em turno único (deputado Doutor Wilson Batista); e 5.269/2014 (deputado Pompílio Canavez). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 65/2011 (relator: deputado Doutor Wilson Batista) na forma do vencido no 1º turno; pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.988/2014 (relatora: deputada Maria Tereza Lara, em virtude de redistribuição) com a Emenda de nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e com a Emenda de nº 2 apresentada; e pela rejeição, no 1º turno, do Substitutivo nº 2 apresentado em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.710/2011 (relator: deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.234/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.288/2014, dos deputados Rogério Correia e Doutor Wilson Batista, em que solicitam seja realizada reunião para debater as condições de trabalho dos técnicos em radiologia da Rede Fhemig;

nº 10.354/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para que seja disponibilizado um caminhão de lixo para o Município de Tiradentes, haja vista que o único caminhão existente na cidade não se encontra em condições de uso regular, prejudicando a coleta diária de lixo;

nº 10.355/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater a saúde física e emocional dos servidores públicos do Poder Judiciário do Estado.

São recebidos pela presidência para posterior apreciação os seguintes requerimentos:

nº 10.356/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e à diretoria geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares pedido de providência para credenciar médicos especialistas para o atendimento na região do Vale do Aço, especialmente Coronel Fabriciano.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2014.

Carlos Mosconi, presidente - Carlos Pimenta - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/6/2014

Às 10h15min, comparece na Casa de Eventos FAM, no Município de Mato Verde, o deputado Paulo Guedes, membro da supracitada comissão (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura). Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a debater a possível precariedade da prestação do serviço público no município de Mato Verde, por parte do Estado de Minas Gerais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Edilene Oliveira Almeida, coordenadora do Polo Presencial da Universidade Norte do Paraná - Unopar - Mato Verde -, e os Srs. Generino de Sales Pinto, prefeito municipal de Mato Verde, Miraldo Batista Faria, vice-presidente, representando Antoney Mendes Santos, presidente da Câmara Municipal de Mato Verde, Silvanei Batista Santos, prefeito municipal de Porteirinha, Antonio Idalino Teixeira, vice-prefeito de Monte Azul, Ten.-Cel. Alessandro da Silva Almeida, comandante do 51º Departamento da Polícia Militar de Janaúba, representando o Cel. PM César Ricardo de Oliveira Guimarães, da Polícia Militar de Montes Claros, 2º-Ten. PM Edderson Cláudio Neves, comandante do 2º Pelotão



da Polícia Militar de Mato Verde, Mauro Ricardo Guimarães, delegado de Polícia Civil de Monte Azul, representando Gessiane Soares Cangussu, delegada regional de Polícia Civil de Janaúba, Paulo Henrique Oliveira Freitas, presidente da Subseção da OAB de Monte Azul, Padre Joaquim Aparecido Silva, da Diocese de Janaúba, Arlindo Lopes de Oliveira Júnior, venerável da Loja Maçônica Luz, Paz e União - Mato Verde, Domingos Thiago, venerável da Loja Maçônica Irmão José Cardoso de Farias - Mato Verde, e Jorge Luiz Almeida, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2014.

Paulo Lamac, presidente - Rogério Correia.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/6/2014

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Elismar Prado e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Emanuel Levenhagen Pelegrini, promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 6/6/2014. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.905 e 5.264/2014 (deputado Elismar Prado), 5.255/2014 (deputada Luzia Ferreira), 5.259/2014 (deputado Luiz Henrique), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.000/2014 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Luzia Ferreira); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.033/2013 na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta (relator: deputado Elismar Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.149 e 8.154/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.357/2014, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a continuidade do Programa Cultura Viva em Minas Gerais;

nº 10.358/2014, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que remeta, de imediato, a legislação necessária e pertinente à criação do Sistema Estadual de Cultura, de forma a viabilizar a adesão de Minas Gerais ao Sistema Nacional de Cultura;

nº 10.359/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para a viabilização de espaço institucional dedicado às artes plásticas em Minas Gerais, com a imediata constituição de comissão que inclua a participação de representantes dos artistas plásticos mineiros nas discussões relativas a esse projeto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2014.

Elismar Prado, presidente – Carlos Mosconi – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/6/2014

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Luiz Humberto Carneiro, Gilberto Abramo e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Luiz Humberto Carneiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar pareceres em fase de redação final e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer de redação final do Projeto de Lei nº 4.428/2013 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária de amanhã, 26/6/2014, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente - Luiz Humberto Carneiro - Duarte Bechir.

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/6/2014**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados André Quintão, Adalclever Lopes (substituindo a deputada Maria Tereza Lara, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura) e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Adalclever Lopes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.365/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para aprimorar o processo eleitoral de composição do Conselho Estadual de Cultura – Consec – quanto a prorrogação do período de cadastramento das entidades eleitorais; ampliação das estratégias e mecanismos de divulgação do processo de eleição do conselho; publicação do regimento eleitoral de maneira acessível aos interessados; publicação de um balancete da gestão, do plano de trabalho do Consec e de uma plataforma propositiva de trabalho dos atuais conselheiros; garantia de uma plataforma de propostas dos candidatos e disponibilização dos principais pontos de avaliação e resultados do processo eleitoral anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2014.

André Quintão, presidente – Maria Tereza Lara – João Leite.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/7/2014

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Sebastião Costa, Célio Moreira e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Duarte Bechir e Paulo Lamac. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncia de perseguições e ameaças a servidores públicos do Município de Ervália. A seguir, comunica o recebimento do ofício do Sr. Breno Costa da Silva Coelho, promotor de justiça da Comarca de Ervália, agradecendo o convite para esta reunião, solicitando cópia da ata para fins de instrução do Inquérito Civil nº 0240.13.000045-0 e informando que os representantes notificados deverão comparecer à promotoria de justiça local no dia 18/7/2014; e da correspondência publicada no *Diário do Legislativo* de 27/6/2014: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; e dos Srs. Assis do Couto, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Célio Eustáquio da Fonseca, presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves; Sérgio de Castro Moreira dos Santos, promotor de justiça. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Robson Rodrigo de Freitas e Agostinho Cal de Souza Neto, vereadores da Câmara Municipal de Ervália; Edson Said Rezende, ex-prefeito de Ervália, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.381/2014, do deputado Sebastião Costa, em que solicita seja encaminhado ao prefeito municipal de Ervália e ao presidente da Câmara Municipal de Ervália pedido de informações sobre o montante da despesa anual do município com pagamento dos servidores públicos municipais efetivos e contratados e quanto tal despesa representa do total do orçamento, e solicita também seja informado se tais gastos estão dentro dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

nº 10.382/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião a todos os convidados presentes e ausentes nesta audiência pública, aos desembargadores, membros da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na qual tramita a Apelação Cível nº 1.0240.07.000964.4.002, bem como à presidência do Conselho Nacional de Justiça;

nº 10.383/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de providências para a anulação do Memorando 1002/14, da lavra do 11º RPM, datada de 1º/7/2014, porque o referido ato normativo ofende o direito do militar à saúde, considerando-se que o memorando viola direitos fundamentais, em especial a dignidade da pessoa humana, os princípios da legalidade, da razoabilidade e contraria recomendações médicas;

nº 10.384/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao promotor de justiça da Comarca de Ervália documentação que contém denúncias de abuso de autoridade praticado pelo prefeito municipal, Sr. Euzébio da Silva em desfavor de Suely Aparecida de Assis, para instrução do inquérito civil em curso perante aquela promotoria de justiça (Inquérito Civil nº 0240.13.000.045.0);

nº 10.385/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião em São Tomé das Letras para debater as ofensas à autonomia do Poder Legislativo Municipal praticadas pela Chefe do Poder Executivo local, que vem se recusando a responder aos ofícios que lhe são encaminhados pelos vereadores e praticando em tese delitos de responsabilidade;

nº 10.386/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita desta comissão e da Comissão de Saúde ao Hospital Galba Veloso, em Belo Horizonte, para verificar, entre outras, as condições de segurança dos trabalhadores e usuários da



instituição, tendo em vista a alta demanda de internações oriundas do sistema prisional, o que tem acarretado violações aos direitos humanos;

nº 10.387/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para acelerar a tramitação do Projeto de Lei nº 284/2011, que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idosos, aprovado pelo Senado Federal;

nº 10.388/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para vincular recursos a serem destinados à capacitação das Instituições de Longa Permanência para Idosos e aos cuidadores de idosos dessas instituições;

nº 10.389/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências para vincular recursos a serem destinados à capacitação das Instituições de Longa Permanência para Idosos e aos cuidadores de idosos dessas instituições;

nº 10.390/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para incluir a modalidade "cuidador de idoso" no Programa Estadual de Educação Profissional;

nº 10.391/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à presidência da Assembleia Legislativa pedido de providências para a divulgação dos direitos dos idosos na TV Assembleia e em outros meios de comunicação da Casa;

nº 10.392/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para ampliar as vagas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos e contratar cuidadores de idosos para essas instituições e para atendimento em domicílio;

nº 10.393/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a ampliação de transporte ao idoso com hemodiálise;

nº 10.394/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para fortalecer e ampliar a Rede de Atendimento ao Idoso, principalmente em relação à ampliação de acesso aos Centros Mais Vida;

nº 10.395/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para contratar especialistas em gerontologia, especialmente para os centros de saúde;

nº 10.396/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião para debater supostas práticas antissindiais contra o Sindicato Metabase Inconfidentes – Congonhas, imputadas a empresa Vale, bem como de supostos abusos de autoridade praticados por policiais militares em desfavor de representantes desse sindicato;

nº 10.397/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado à Defensoria Pública e à Promotoria de Justiça da Comarca de Três Corações pedido de providências para averiguar a situação do Sr. Sebastião Ferreira Machado, ex-hanseniano domiciliado na Casa de Saúde Santa Fé e interditado judicialmente, que se diz vítima de estelionato devido a empréstimo contraído de forma irregular, em seu nome, por sua curadora, de nome Valéria, junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$20.000,00. Requerem também seja averiguada a retirada do Sr. Sebastião de sua residência, na Casa de Saúde Santa Fé, e sua manutenção, em caráter permanente, na enfermaria masculina dessa instituição;

nº 10.398/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para promover, com a maior agilidade possível, no tocante aos domicílios existentes na Casa de Saúde Santa Fé, localizada em Três Corações: regularização fundiária, incluindo-se a doação de casas e seus respectivos terrenos a seus ocupantes; regularização do fornecimento, pelos órgãos competentes, dos serviços de energia elétrica, iluminação pública, água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, entre outros básicos e ali necessários; ações voltadas para a urbanização; parcerias com a administração municipal nesse sentido, no que couber;

nº 10.399/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde, à Cemig e à Copasa-MG pedido de providências para, no âmbito de suas competências, promoverem o fornecimento direto dos serviços de energia elétrica, de iluminação pública, de água tratada e de esgotamento sanitário nas áreas comunitárias e domiciliares da Casa de Saúde Santa Fé, localizada em Três Corações;

nº 10.400/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado dos documentos apresentados a esta comissão (Reds 2012-000875558-001, de 28/4/2012; Termo de Declarações prestadas na 4ª DRPC, de 2/5/2012; Ficha de Atendimento da Corregedoria PMMG 2013000001993, de 8/8/2013; e Reds 2014-009138610-001), bem como do trecho das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/6/2014, em que consta o relato de Ivan Francisco Moreira de Oliveira sobre alterações realizadas em ocorrência de acidente de trânsito, para apurar as denúncias da existência, em tese, do delito de falsidade ideológica, previsto no art. 297 do Código Penal, bem como da prática de ameaças por parte de policiais militares em face do denunciante;

nº 10.401/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde e à Fhemig pedido de providências para complementar o quadro de pessoal da Casa de Saúde Santa Fé, localizada em Três Corações, conforme demanda apresentada em visita ali realizada por esta Comissão e na audiência pública que se seguiu, a 14ª Reunião Extraordinária, em 23/5/2014, a saber: um médico e quatro técnicos em enfermagem;

nº 10.402/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado à Ouvidoria-Geral do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 23/5/2014 na Casa de Saúde Santa Fé, em Três Corações, para averiguar as denúncias contidas nessas notas, apresentadas pelo Sr. Antônio Marcus de Souza Helino, representante da comunidade dos moradores dessa Casa de Saúde quanto às condições de tratamento, de saúde e de moradia naquela localidade, e solicitam ainda seja anexada a esse pedido uma cópia do CD, que contém fotos, de autoria do Sr. Antônio, tiradas na Casa de Saúde Santa Fé, as quais buscam retratar as denúncias por ele feitas; solicitam por fim que, caso constatada a veracidade das denúncias feitas, ou de alguma delas, sejam tomadas as medidas cabíveis;



nº 10.403/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Ouvidoria de Polícia do Estado pedido de providências, acompanhado dos documentos apresentados a esta comissão (Reds 2012-000875558-001, de 28/4/2012; Termo de Declarações prestadas na 4ª DRPC, de 2/5/2012; Ficha de Atendimento da Corregedoria PMMG 2013000001993, de 8/8/2013; e Reds 2014-009138610-001), bem como do trecho das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/6/2014, em que consta o relato de Ivan Francisco Moreira de Oliveira sobre alterações realizadas em ocorrência de acidente de trânsito, para averiguar as denúncias da ocorrência, em tese, do delito de falsidade ideológica, previsto no art. 297 do Código Penal, bem como da prática de ameaças por parte de policiais militares contra o denunciante;

nº 10.404/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à 4ª Delegacia de Segurança Pública de Sete Lagoas pedido de providências, acompanhado dos documentos apresentados a esta comissão (Reds 2012-000875558-001, de 28/4/2012; Termo de Declarações prestadas na 4ª DRPC, de 2/5/2012; Ficha de Atendimento da Corregedoria PMMG 2013000001993, de 8/8/2013; e Reds 2014-009138610-001), bem como do trecho das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/6/2014, em que consta o relato de Ivan Francisco Moreira de Oliveira sobre alterações realizadas em ocorrência de acidente de trânsito, para apurar a ocorrência da prática, em tese, dos delitos de lesão corporal no trânsito, falsidade ideológica e ameaça por parte de policiais militares contra o denunciante;

nº 10.405/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ao governador do Estado, à Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado dos trechos finais das notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 23/5/2014 na Casa de Saúde Santa Fé, em Três Corações, que contém as denúncias da Sra. Maria Angélica Rafael sobre suposto abuso de poder e de autoridade cometidos por policiais militares que atuam naquele município e região, para que tais denúncias sejam averiguadas e, caso constatada sua veracidade, no todo ou em parte, sejam tomadas as medidas cabíveis;

nº 10.406/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário pedido de providências, acompanhado dos documentos apresentados a esta comissão (Reds 2012-000875558-001, de 28/4/2012; Termo de Declarações prestadas na 4ª DRPC, de 2/5/2012; Ficha de Atendimento da Corregedoria PMMG 2013000001993, de 8/8/2013; e Reds 2014-009138610-001), bem como do trecho das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 18/6/2014, em que consta o relato de Ivan Francisco Moreira de Oliveira sobre alterações realizadas em ocorrência de acidente de trânsito, para, exercendo sua competência de fiscalização da atividade policial, apurar as denúncias da ocorrência, em tese, do delito de falsidade ideológica-, previsto no art. 297 do Código Penal, bem como da prática de ameaças por parte de policiais militares contra o denunciante;

nº 10.407/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Vara de Inquéritos da Comarca de Belo Horizonte pedido de providências para avaliar a existência de justa causa na instauração do inquérito policial nº 1234431-67.2011.813.0024, atualmente em curso perante esse juízo;

nº 10.408/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca da Capital pedido de providências para avaliar a existência de justa causa para a instauração do inquérito policial nº 1234431-67.2011.8.13.0024, atualmente em curso perante esse juízo;

nº 10.409/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Presidência desta Casa pedido de celeridade na tramitação do Projeto de Lei nº 127/2011, que estabelece a Política Estadual da Pessoa com Deficiência para o Estado de Minas Gerais e dá outras providências;

nº 10.410/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, às Secretarias de Estado de Saúde, de Educação, de Trabalho e Desenvolvimento Social e de Transporte e Obras Públicas, à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, à Ouvidoria do Ministério Público do Estado, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos; à Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos, ao Sr. Leonardo Costa Coscarelli, promotor de justiça de Defesa dos Direitos dos Idosos, à Secretaria Municipal-Adjunta de Direitos de Cidadania da Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte, à coordenadora municipal da Pessoa Idosa da Prefeitura de Belo Horizonte, ao Sr. Bruno Martins Soares, coordenador do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 15ª Reunião Ordinária dessa comissão, realizada em 25/6/2014, destinada a debater os resultados do III Fórum Mineiro sobre os Direitos do Idoso: Qualidade de Vida e Envelhecimento e do documento apresentado na referida reunião, com relação às propostas deliberadas no III Fórum e do II Fórum, este realizado em 2013.

São aprovados os relatórios de visitas realizadas à Casa de Saúde Santa Fé, em Três Corações, e ao Centro de Referência em Direitos Humanos, em Betim, os quais vão publicados após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2014.

Rogério Correia, presidente.



RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: Casa de Saúde Santa Fé – Três Corações

Apresentação

A requerimento dos deputados Durval Ângelo e Maria Tereza Lara, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 23/5/2014, a Casa de Saúde Santa Fé, em Três Corações, com a finalidade de conhecer a realidade local, os principais problemas e as dificuldades enfrentadas.

Além da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, a visita contou com as seguintes presenças: Cosme Ferreira do Nascimento, vice-prefeito de Três Corações; Francisca Filomena, vereadora de Três Corações; Genilson Cruz, assessor do deputado federal Nilmário Miranda; Magda Levantezi, coordenadora-geral adjunta de Hanseníase e Doenças em Eliminação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Henrique Timo Luz, diretor assistencial da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig; Tiago Sávio Moreira Possas, assessor do Complexo de Reabilitação e Cuidado ao Idoso da Diretoria Assistencial da Fhemig; Nilo Moysés Júnior, diretor hospitalar da Casa de Saúde Santa Fé; Ricardo Masson, gerente assistencial e médico da Casa de Saúde Santa Fé; Luiz Antônio Corrêa, profissional de enfermagem da Fhemig; Maria Lúcia Barcelos, diretora do Sind-Saúde; Thiago Pereira da Silva Flores, coordenador nacional do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan; Antônio Marcus de Souza Helino, representante da comunidade da Casa de Saúde Santa Fé.

Relato

Na casa de saúde, a comissão foi recebida pelas autoridades mencionadas, que acompanharam os parlamentares. A visita integra o planejamento da Comissão de Direitos Humanos de visitar as quatro casas de saúde remanescentes do antigo sistema de internação compulsória de pessoas afetadas pela hanseníase, criado pelo então presidente Getúlio Vargas, na década de 1940. A Fhemig é atualmente responsável pela administração das antigas colônias de hansenianos.

O ex-Sanatório ou Colônia Santa Fé, hoje Casa de Saúde, foi inaugurado em 1942 na zona rural de Três Corações com o objetivo de receber até 1.600 pacientes de hanseníase no Sul de Minas Gerais, onde, à época e nas décadas anteriores, havia alta incidência dessa doença, cujo tratamento era pautado pelo isolamento total dos pacientes. Em sua estrutura e arquitetura, havia setores "doentes" e "sadios", nestes incluídas residências de funcionários não doentes (mas a maioria dos funcionários era hanseniano), do capelão, das freiras enclausuradas, área administrativa, laboratório, farmácia, almoxarifado e preventório, este último para que as crianças parentes dos internos ficassem em observação até a exclusão da doença. Para adentrar os setores "doentes", era necessário o uso de vestimenta adequada, a qual deveria ser retirada na saída e lavada em seguida, e toda a lógica de funcionamento da colônia pautava-se pela segregação dos hansenianos. Apesar de, nas últimas quatro décadas, o conhecimento adequado acerca da hanseníase ter permitido uma mudança radical na abordagem da doença e de terem surgido, nos anos mais recentes, políticas públicas que visam à reparação dos danos sofridos pelos antigos pacientes submetidos ao isolamento e à segregação, os (ex-)hansenianos são ainda vitimados por forte estigma e preconceito.

A Casa de Saúde Santa Fé impressiona inicialmente por sua dimensão – assemelha-se a uma fazenda – e pelos grandes prédios espalhados em seu interior – muitos dos quais abandonados, total ou parcialmente. Conforme informado pelas autoridades da Fhemig e da casa de saúde presentes na visita, lá residem, em caráter permanente, 168 pessoas, distribuídos entre a enfermaria masculina (16 homens internos), a enfermaria feminina (10 mulheres internas) e a área "comunitária" ou domiciliar, com 42 pacientes compulsórios/asilares residindo em casas e mais 100 familiares seus, alguns dos quais também trabalham na casa de saúde. Nota-se, entre os pacientes, a prevalência de idosos, mas há, entre seus familiares, pessoas de todas as faixas etárias, inclusive crianças.

A visita iniciou-se pela área "comunitária", onde se encontra boa parte das residências dos moradores permanentes da casa de saúde, uma pequena praça e uma quadra. A comissão pôde perceber, nesse local, abandono, devido principalmente ao estado de conservação das residências, à inexistência de asfaltamento e de capinação. Segundo o representante dessa comunidade de moradores da casa de saúde, que acompanhou a visita, é comum surgirem cobras, inclusive nas casas, e há locais com mau cheiro devido à rede de esgotamento sanitário, que também passa por uma penitenciária próxima dali. As autoridades presentes esclareceram, nesse momento, que as crianças vão à escola em ônibus da prefeitura, que as famílias recebem cestas básicas e que não pagam pelo fornecimento de água e de energia elétrica, o qual não é feito de forma direta, respectivamente, pela Copasa-MG e pela Cemig. Os representantes da Fhemig afirmaram que a instituição deseja regularizar toda essa situação, inclusive em termos fundiários e de urbanização daquela área, de modo que as famílias ali residentes possam ter condições de vida adequadas. Para tal, contam com a parceria e atuação direta da prefeitura.

Ainda nesse momento da visita, os representantes da Fhemig e da casa de saúde explicaram que a incidência e a recidiva da hanseníase são hoje baixas e que o tratamento, ao qual inexistente resistência, dá-se em geral por meio de controle ambulatorial. Esclareceram também que, na Casa de Saúde Santa Fé, são ofertados tratamento policlínico, equipe multidisciplinar e acompanhamento, tanto em domicílio quanto na enfermaria, aos hansenianos. Há, também, um centro de reabilitação, já aberto para o atendimento da população em geral, e existe a intenção de se transformar a casa de saúde em um centro de referência tanto para a reabilitação quanto para o atendimento de urgência e de emergência, sendo esse o atual projeto da Fhemig para o local. Enfatizaram, nesse sentido, que, das quatro antigas colônias de hansenianos integradas ao sistema Fhemig em 2007, a Santa Fé foi a primeira a se conveniar ao Sistema Único de Saúde, nesse mesmo ano.

O deputado Adelmo Carneiro Leão destacou a necessidade de integração colegiada entre as três esferas de governo – União, estado e município – nesse projeto, o que foi corroborado pela deputada Maria Tereza Lara. A representante do Sind-Saúde comentou, nesse mesmo local da visita, sobre a necessidade de a Fhemig ter maior agilidade na contratação de profissionais de saúde para a casa de saúde, pois há escassez de pessoal. Já os representantes dessa instituição esclareceram que, de fato, há necessidade de mais um



médico e quatro técnicos de enfermagem no momento, apesar de a assistência prestada na casa de saúde ser diferenciada do restante do País por contar com uma equipe multidisciplinar com boa relação número de médicos/pacientes.

Na sequência, a visita prosseguiu para a enfermaria masculina, a enfermaria feminina, o hospital e o centro de reabilitação. Em todos esses locais, os parlamentares presentes conversaram com alguns dos pacientes e pôde-se verificar, principalmente, a necessidade de limpeza e capinação e de reformas e melhorias prediais e estruturais, aí incluídos diversos outros prédios ao longo do caminho e as vias de acesso a eles, tudo em estado de conservação bastante precário. No caso do hospital, a ala visitada, no segundo andar, apresentava forte mau cheiro, e o terceiro e último andar encontrava-se em ruínas. Segundo representante da Fhemig, pode-se investir em uma reforma, adequação e expansão, de modo a contemplar o projeto atual da instituição para a Casa de Saúde Santa Fé. O mesmo foi dito no centro de reabilitação, onde puderam ser vistos vários pacientes, em tratamento, procedentes do município e região.

Conclusão

Ao final da visita, foi realizada audiência pública na própria Casa de Saúde Santa Fé, na qual a Comissão de Direitos Humanos anunciou que seriam apresentados requerimentos para encaminhamento de ofício aos órgãos e autoridades cabíveis solicitando providências, principalmente no sentido de:

- promover a regularização fundiária dos domicílios existentes na Casa de Saúde Santa Fé, incluindo a doação de casas e seus respectivos terrenos a seus ocupantes, bem como a regularização do fornecimento, pelos órgãos competentes, dos serviços de energia elétrica, iluminação pública, água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, entre outros serviços básicos ali necessários, além de ações voltadas para a urbanização daquela área, inclusive por meio de parcerias com a administração municipal;

- complementar o quadro de pessoal da Casa de Saúde Santa Fé, conforme demanda apresentada pelos representantes da Fhemig, a saber, um médico e quatro técnicos de enfermagem;

- averiguar denúncias apresentadas por membros da comunidade de moradores da Casa de Saúde Santa Fé sobre irregularidades quanto às condições de saúde, tratamento e moradia naquela localidade e, sendo o caso, tomar as medidas cabíveis.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2014.

Maria Tereza Lara - Adelmo Carneiro Leão - Duarte Bechir - Rômulo Viegas - Sebastião Costa.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: Centro de Referência em Direitos Humanos em Betim

Apresentação

A requerimento do deputado Durval Ângelo, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 28/5/2014, o Centro de Referência em Direitos Humanos em Betim, com o objetivo de conhecer o trabalho do centro e oferecer apoio às ações de proteção e de garantia de direitos.

Além do deputado Durval Ângelo, presidente da comissão, e da deputada Maria Tereza Lara, a visita contou com a presença da Sra. Leila Íris Borges, coordenadora do centro. Fazem parte ainda da equipe do centro: Sras. Maria Aparecida, assistente social; Ana Paula Lacerda, psicóloga; Srs. Wellington Coelho, advogado; Márcio Lana, agente mobilizador social; Odair José Freitas, agente social; Marcos Glaydson, estagiário de direito; e Sra. Bárbara Gabriela, secretária.

Relato

O Centro de Referência em Direitos Humanos, Casa dos Direitos Guimarães Rosa, foi inaugurado em abril deste ano. É o mais recente de um total de 40 centros que estão em funcionamento no País. Funciona com o apoio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República.

Os Centros de Referência em Direitos Humanos possibilitam, principalmente, o acesso da população de baixa renda a serviços essenciais como assistência jurídica e documentação civil básica, contribuindo com a conquista dos direitos individuais e coletivos.

A Casa dos Direitos Guimarães Rosa, situada bem próximo à Rodovia Fernão Dias (BR-381), em área com grande fluxo de pessoas, encontra-se aberta a toda a comunidade e funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas. Presta serviços como atendimento jurídico, social e psicológico, informações sobre direitos e serviços, capacitação em direitos humanos, mediação de conflitos, produção de conhecimento e apoio e articulação entre os diversos setores públicos e os movimentos sociais.

A maior demanda do centro é a emissão de documentos. Seu atendimento está interligado ao Disque 100 (Disque Direitos Humanos), recebendo denúncias da região. Apesar do pouco tempo de funcionamento, o centro já prestou assistência aos atingidos por duas desocupações no município: foram retiradas de forma violenta cerca de 60 famílias da Vila das Flores, e 20 da Granja São João.

A casa tem atuado ainda junto a usuários de *crack*, à comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e aos imigrantes haitianos, os quais o centro considera ser seu maior desafio, devido às diferenças culturais e religiosas. Segundo a coordenadora, há cerca de 450 refugiados haitianos em acampamentos na região de Várzea das Flores, na divisa de Betim e Contagem, e em Esmeraldas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Muitos haitianos foram encontrados trabalhando em situação análoga à escravidão e enfrentam ainda problemas de moradia, de saúde e de acesso à educação.

A coordenadora do centro enfatizou ainda a necessidade de fortalecer a interlocução com a Prefeitura Municipal de Betim e com outros órgãos e entidades de apoio aos direitos humanos, bem como a aquisição de recursos para manutenção de suas atividades.

Conclusão

A comissão cumpriu o objetivo da visita, qual seja conhecer as instalações e o trabalho do Centro de Referência em Direitos Humanos em Betim, e colocou-se à disposição para contribuir no fortalecimento e na garantia de direitos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2014.



Durval Ângelo - Maria Tereza Lara - Sebastião Costa - Duarte Bechir.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/7/2014

Às 9h45min, comparece na Câmara Municipal de Salto da Divisa o deputado Rogério Correia, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater possíveis violações de direitos humanos decorrentes dos impactos da construção do Empreendimento Itapebi, atualmente TermoPernambuco S.A., no Município de Salto da Divisa. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Irenilde Dias da Silva, vereadora de Salto da Divisa; Olga Maria Cunha Peixoto, gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social; Maria Albanita Roberta de Lima, subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais; Maria de Fátima Pereira dos Santos, secretária do Grupo de Apoio de Defesa dos Direitos Humanos de Salto da Divisa, e Joaquina Júlia Martins, assessora técnica do Consea-MG; e os Srs. Padre João, deputado federal; Leomar Gonçalves dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Salto da Divisa; Rodrigo Rocha Gonçalves, vice-presidente da Câmara Municipal de Salto da Divisa; Everaldo José Nascimento, vereador de Salto da Divisa; Lucas Pinheiro dos Santos, vereador de Salto da Divisa; Carlos Henrique Carvalho, vereador de Salto da Divisa; José Osmar Coelho Lins, assessor, representando o Sr. Rogério Veiga Aranha, superintendente da Secretaria do Patrimônio da União em Minas Gerais; Bruno de Souza Ronconi, advogado dos Atingidos pela Barragem de Itapebi-Eunápolis (BA); Gildásio Santos, conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/7/2014

Às 10h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado (substituindo o deputado Gustavo Perrella, por indicação da liderança do BAM) e os deputados Sebastião Costa, Gustavo Corrêa, Arlen Santiago (substituindo o deputado Duílio de Castro, por indicação da liderança do BAM) e João Leite (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BTR) da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.298, 5.302, 5.304, 5.312, 5.318 e 5.320/2014 (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 5.297, 5.305, 5.310, 5.311, 5.313 e 5.315/2014 (deputado André Quintão); 5.299, 5.303, 5.306 e 5.308/2014 (deputado Leonídio Bouças); 5.295, 5.301, 5.307 e 5.317/2014 (deputado Luiz Henrique); 5.309/2014 (deputado Sebastião Costa); 5.300 e 5.319/2014 (deputado Gustavo Perrella); e 5.296, 5.314, 5.316 e 5.321/2014 (deputado Duílio de Castro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado, em turno único, o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.279/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Registra-se a ausência do deputado Arlen Santiago. O Projeto de Lei nº 3.435/2012 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Os Projetos de Lei nºs 3.776/2013 e 4.833/2014 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Arlen Santiago, aprovado pela comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.287/2013, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Sebastião Costa. São convertidos em diligência à Agência Nacional de Vigilância Sanitária o Projeto de Lei nº 4.859/2014 e, ao Procon do Ministério Público do Estado, o Projeto de Lei nº 4.913/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.272/2014 (relator: deputado Sebastião Costa) e 5.294/2014 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 5.112 e 5.281/2014 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Adalcleber Lopes - Dalmo Ribeiro Silva - Luiz Henrique - Gilberto Abramo.

**ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/7/2014**

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a ocorrência de violação de direitos humanos no âmbito do 33º Batalhão da Polícia Militar, em Betim. A seguir, comunica o recebimento do ofício do Cel. PM Divino Pereira de Brito, chefe do Estado Maior e subcomandante-geral da PMMG, explicando que os convocados, devido aos eventos da Copa do Mundo de 2014, não poderão comparecer a esta audiência pública e solicitando que seja remarcada. Em razão do não comparecimento dos convidados e convocados, os deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues tecem considerações sobre o assunto em tela, conforme conforme consta nas notas taquigráficas. O presidente remarca a audiência pública para às 9 horas do dia 16/7/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Rômulo Viegas - Sebastião Costa.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2014

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação de invisibilidade em que se encontram os povos ciganos no Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos Srs. Dhiancesar P. Lopes, secretário executivo do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh-MG -, encaminhando relatório de visita ao presídio de Curvelo, para tomada de providências quanto a violações de direitos; Genney Randro Barros de Moura, promotor de justiça da Promotoria Especializada na Fiscalização da Atividade Policial, de Uberlândia, informando que o inquérito civil instaurado para apurar notícia de desvio de função, supostamente desencadeado por ordem do Ten.-Cel. Wesley Barbosa, foi arquivado. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. João Batista da Silva, chefe do Serviço de Auditoria MG-MS do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (3/7/2014); Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social (4/7/2014); das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; Claudia Spranger e Silva Luiz Motta, promotora de justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Apoio Comunitário e Controle Externo da Atividade Policial, e dos Srs. Leandro Guimarães Guedes, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, Oliveira Santiago Maciel, chefe da Polícia Civil (5/7/2014). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cláudia de Cássia Vieira Batista Aguiar, diretora de Temáticas Especiais da Secretaria de Educação, representando Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária dessa pasta; Macaé Maria Evaristo, secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; Letícia Baptista Gamboge Reis, delegada de polícia e Adriana Maria Amado da Costa de Andrade, subinspetora de investigadores, doutoranda em sociologia, desigualdade social e mediação de conflitos na UFMG, subcoordenadora temática de Direitos Humanos da Acadepol - DH2: Criminologia Aplicada à Investigação Policial, gerente de Acompanhamento de Projetos de Polícia Comunitária, Promoção de Direitos Humanos e Prevenção Criminal - Media, representando Oliveira Santiago Maciel, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Rosângela de Fátima Sardinha Pastana, gerente de Assistência Social, representando Geraldo Magela Luzia da Silva, secretário de Administração Regional Municipal Nordeste de Belo Horizonte; Rosângela da Silva, coordenadora de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Elisa Maciel Costa, presidente da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, de Brasília-DF; Laraene Alves Tolentino Silva, assessora da Secretaria de Administração Regional Municipal Nordeste de Belo Horizonte, e os Srs. Rogério Veiga Aranha, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais; o Maj. PM Cleverson Natal de Oliveira, chefe da Seção de Direitos Humanos, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar; e os Srs. Edmundo Antônio Dias Netto Junior, procurador da República dos Direitos do Cidadão; Rogério de Abreu Milhorato, gerente do Distrito de Belo Horizonte-Leste, representando Ricardo Augusto Simões Campos, presidente da Copasa-MG; Ronaldo Antônio Pereira da Silva, presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; Clever Alves Machado, coordenador especial de Políticas Pró-Igualdade Racial da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social; e Carlos Amaral, presidente da Associação Guiemos Kalons, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.416/2014, do deputado Celinho do Sintrocel, em que solicita seja realizada reunião, para obter esclarecimentos, em audiência pública, sobre a morte de Frederico Alan de Souza Paiva, ocorrida em Coronel Fabriciano;

nº 10.417/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para ampliar as vagas nas instituições de longa permanência para idosos - Ilpi - e para contratar cuidadores de idosos para essas instituições e para atendimento em domicílio;



nº 10.418/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte pedido de providências para vincular recursos a serem destinados à capacitação das instituições de longa permanência para idosos - Ilpi- e aos cuidadores de idosos dessas instituições;

nº 10.419/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para vincular recursos a serem destinados à capacitação das instituições de longa permanência para idosos - Ilpi- e aos cuidadores de idosos dessas instituições;

nº 10.420/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam encaminhadas aos convidados ausentes e presentes, para conhecimento da situação em que se encontram os atingidos pela usina hidrelétrica de Itapebi, as notas taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária desta comissão;

nº 10.421/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à presidência da Copasa-MG pedido de providências para a mudança do ponto de captação de água no Rio Jequitinhonha para o abastecimento da população de Salto da Divisa, tendo em vista que bem perto desse ponto ocorre despejo de esgoto e de resíduos hospitalares, conforme denúncia apresentada na 26ª Reunião Extraordinária desta comissão;

nº 10.422/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhada manifestação de pesar aos familiares, ao MST e à Comissão Pastoral da Terra pelo falecimento, no dia 27/6/2014, da Sra. Maria Aparecida Alves, com 48 anos, conhecida por todos como Cidona. Ela faleceu em razão de um infarto sofrido durante a festa de aniversário do assentamento Franco Duarte, no Município de Jequitinhonha;

nº 10.423/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República pedido de providências para a constituição de um grupo de trabalho para discutir os impactos e as condicionantes da instalação e da operação da usina hidrelétrica de Itapebi, no Rio Jequitinhonha, atingindo municípios na divisa dos Estados da Bahia e de Minas Gerais;

nº 10.424/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam encaminhadas ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado, à Fundação Estadual do Meio Ambiente, ao Conselho Estadual de Política Ambiental e ao Conselho Estadual de Assistência Social, para conhecimento da situação em que se encontram os atingidos pela usina hidrelétrica de Itapebi, as notas taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária desta comissão;

nº 10.425/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar, pedido de providências para a apuração de extermínio de animais nas imediações das Rodovias BR-367, entre Salto da Divisa e Jacinto, e BA-275, entre Salto da Divisa e Itagimirim (BA), como o ocorrido no dia 11/4/2014, quando 12 jumentos foram mortos a tiros próximo à entrada do Município de Salto da Divisa;

nº 10.426/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a apuração da ameaça de morte ao Sr. Aldemir Silva Pinto, conforme Reds 2014-013894695-001, e para a garantia da sua integridade física.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2014.

Durval Ângelo, presidente.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 15/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.411/2014, do deputado Fábio Cherem.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 14 e as 20 horas do dia 14 de julho de 2014, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e dos Requerimentos nºs 4.693/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à diretoria do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre quantos hectares da reserva do Parque Estadual do Rio Doce foram atingidas por incêndio



nos últimos 10 anos; 5.612/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre a redução do atendimento às pessoas com deficiência visual pelo Instituto São Rafael, especificamente sobre o fechamento de uma sala de recursos do referido instituto, conforme relatado pela mãe de um aluno na 15ª Reunião Ordinária dessa comissão; 5.720/2013, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os problemas verificados na estação de tratamento de esgoto do Município de Três Marias e o cronograma de retorno completo às atividades; 6.681/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à secretária de Planejamento pedido de informação sobre as unidades de conservação com regularização fundiária prevista para 2014; 7.647/2014, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre a estrutura física da Escola Estadual Doutor Gomes Freire, no Município de Mariana, tendo em vista as denúncias apresentadas pelo Sr. Carlos Brito Pinheiro, pai de aluno e membro do colegiado, por meio do Fale com a Assembleia; 8.104/2014, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre o prazo para a construção de barragens destinadas ao fornecimento de água em Novo Cruzeiro e os entraves à realização dessa obra; 8.120/2014, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à secretária de Planejamento pedido de informações sobre o trecho leste do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, objeto do Procedimento de Manifestação de Interesse nº 1/2013; 8.123/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Trabalho pedido de informações sobre a possível suspensão da transferência de recursos às entidades de assistência social que atendem pessoas com transtornos do espectro do autismo, conforme relato apresentado na 5ª Reunião Ordinária dessa comissão; 8.141/2014, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral da Arsae-MG pedido de informações sobre os principais problemas relacionados com a prestação de serviços de abastecimento público de água e esgoto das concessionárias por ela fiscalizadas, bem como sobre a existência de estudos desenvolvidos por ela voltados para a identificação de regiões e municípios carentes desses serviços; 8.142/2014, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Regional pedido de informações sobre a existência de estudos acerca das necessidades municipais relacionadas com o abastecimento público e o esgotamento sanitário para o atendimento das necessidades da população mineira, encaminhando-se cópia deles, se houver, à comissão; e 8.143/2014, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os projetos desenvolvidos por essa instituição relacionados com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário para atender às necessidades dos municípios com os quais mantém contratos de concessão, esclarecendo-se os estágios desses projetos e as principais dificuldades para implantá-los; e na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado; e 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 65/2011, do deputado Fred Costa, que dispõe sobre a utilização de uniforme fora das dependências hospitalares e áreas correlatas em todo o Estado; 378/2011, do deputado Célio Moreira, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005; 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado; 438/2011, do deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a afixação de placas em cartórios sobre a isenção das taxas de emolumentos cartorários, dispostos nas Leis nºs 12.461, de 1997, e 13.643, de 2000 e dá outras providências; 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências; 1.055/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que classifica a visão monocular como deficiência visual; 1.635/2011, do deputado Anselmo José Domingos, que dispõe sobre a criação do programa estadual para identificação e tratamento da dislexia na rede oficial de educação; 1.891/2011, do deputado André Quintão, que dispõe sobre a utilização e proteção ambiental das Serras da Moeda e da Calçada e dá outras providências; 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama; 2.955/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, que dispõe sobre a outorga coletiva do direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências; 3.037/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, que inclui o acometido da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) no grupo de pessoas com deficiência; 3.990/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que prorroga o prazo estabelecido pelo parágrafo único do art. 7º da Lei nº 17.110, de 1º de novembro de 2007, e dá outras providências; 4.033/2013, do deputado Cabo Júlio, que transforma a Orquestra Sinfônica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em patrimônio cultural dos mineiros; 4.401/2013, do deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o imóvel que especifica; 4.936/2014, do governador do Estado, que autoriza a Epamig a doar à União o imóvel que especifica e a transferir as atividades administrativas, operacionais, didáticas e de pesquisa do Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo de Pitangui a órgão ou entidade da administração pública federal; 4.972/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o DER-MG a transferir ao Município de Guiricema os direitos de posse sobre o trecho de rodovia que especifica; 4.988/2014, do deputado Fred Costa, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Epilepsia no Estado de Minas Gerais; 5.000/2014, do deputado Luiz Henrique, que institui o Dia da Sukyo Mahikari, a ser comemorado anualmente no dia 27 de fevereiro; 5.006/2014, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Reduto o imóvel que especifica; 5.110/2014, do deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica; 5.243/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado; e 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de julho de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 4.693/2013**Mesa da Assembleia
Relatório**

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, requer seja encaminhado ao Diretor do Instituto Estadual de Florestas - IEF - pedido de informações sobre a quantidade de hectares da reserva do Parque Estadual do Rio Doce atingidos por incêndio nos últimos dez anos.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 10/5/2013 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual compete sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Segurança Pública realizou, em 26/4/2013, audiência pública para discutir a implementação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Timóteo, na região do Vale do Rio Doce. Destaca-se que somente a população do Vale do Aço e seu Colar Metropolitano, pertencentes a essa região, é de mais de 800 mil pessoas e possui poucas unidades dos bombeiros, sendo um batalhão em Governador Valadares, uma companhia em Ipatinga e um pelotão em Coronel Fabriciano.

Durante a audiência foi lembrado que a cidade sedia, juntamente com Marliéria e Dionísio, o Parque Estadual do Rio Doce, com 35.970 hectares, e que todo ano acontecem incêndios na área. O mais grave, em 2011, provocou a destruição de 67 hectares de mata nativa. Segundo informações colhidas durante a audiência, o trabalho de combate inicial a incêndios é efetuado por brigadistas da empresa Aperan (antiga Arcelor Mittal).

Diante dos relatos e fatos apurados durante a audiência, a Comissão de Segurança Pública entendeu que era necessário solicitar mais informações ao Instituto Estadual de Florestas - IEF - sobre a área do Parque Estadual do Rio Doce atingida por incêndios florestais nos últimos dez anos, com o objetivo de melhor dimensionar os impactos da ausência de uma unidade do Corpo de Bombeiros na região.

A iniciativa da proposição encontra amparo no § 3º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a dirigente da administração indireta do Estado. Ainda, conforme o disposto no art. 62, inciso XXXI, também da Constituição Estadual, cabe à Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Por sua vez, o Regimento Interno da Assembleia, em seu art. 79, VIII, "c", combinado com o art. 233, XII, corrobora o disposto na Carta Estadual, ao estabelecer que compete privativamente à Mesa, com posterior deliberação do Plenário, emitir parecer sobre "requerimento de informações às autoridades estaduais, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa".

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 4.693/2013 na forma originalmente proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de julho de 2014.

Hely Tarquínio, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 5.612/2013**Mesa da Assembleia
Relatório**

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência requer ao presidente da Assembleia que solicite à secretária de Estado de Educação informações sobre a redução do atendimento às pessoas com deficiência visual pelo Instituto São Rafael, especificamente sobre o fechamento de uma de suas salas de recursos.

Publicada no *Diário do Legislativo*, em 26/9/2013, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise solicita à secretária de Estado de Educação informações sobre o fechamento de uma das salas de recursos do Instituto São Rafael, que, segundo denúncia apresentada na 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, reduziu o atendimento a pessoas com deficiência visual.

De acordo com a Resolução SEE nº 757, de 2006, o Instituto São Rafael é uma escola estadual especializada voltada à escolarização, habilitação e reabilitação de deficientes visuais. Além disso, capacita docentes e presta apoio técnico às escolas comuns e outras instituições de ensino.

Como toda instituição de ensino, o Instituto São Rafael tem assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal nº 9.394, de 1996 - as prerrogativas de elaborar e executar sua proposta pedagógica e de administrar seu pessoal e recursos materiais e financeiros. Desse modo, a instituição de ensino tem liberdade para determinar o uso de suas instalações e as formas do atendimento que presta à população. O fechamento de sala de recursos no Instituto São Rafael, ou o estabelecimento de nova finalidade para o espaço, caso tenha ocorrido, seria um ato discricionário, respaldado pela legislação.

No entanto, apesar da discricionariedade do ato, julgamos pertinente o requerimento em questão, pois mesmo que não tenha ocorrido redução do número de pessoas com deficiência visual atendidas pelo Instituto São Rafael, é fundamental que a sociedade

seja informada sobre que opções de inclusão lhes são oferecidas no Estado. Entendemos que a divulgação desse tipo de informações é um dos papéis a serem desempenhados pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência desta Casa.

Por fim, cumpre ressaltar que o requerimento em questão é respaldado pelo art. 54, § 2º, da Constituição Estadual, que concede ao Poder Legislativo a prerrogativa de solicitar informações a dirigentes de órgãos e entidades do Poder Executivo estadual. Desse modo, somos favoráveis à sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 5.612/2013.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de julho de 2014.

Hely Tarquínio, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 5.720/2013

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão Extraordinária das Águas, atendendo a requerimento do deputado Almir Paraca, solicita seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - pedido de informações sobre os problemas enfrentados pela estação de tratamento de esgoto do Município de Três Marias e o cronograma de retorno completo às atividades.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 3/10/2013 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual compete sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão Extraordinária das Águas realizou, em 21/8/2013, audiência pública no Município de Três Marias, que teve por finalidade ouvir os Comitês de Bacias Hidrográficas do Entorno da Represa de Três Marias, dos Afluentes do Alto São Francisco e do Rio Pará e discutir questões relacionadas ao uso da água e à gestão de recursos hídricos.

Em todo o Estado, há 36 comitês de bacias hidrográficas, dez deles ligados ao Rio São Francisco e três na Região Central, onde se localiza Três Marias, município que abriga uma grande usina hidrelétrica.

Durante a reunião, foi relatada a luta dos comitês, entre eles o do Rio Pará, para concluir os planos diretores de recursos hídricos. O plano diretor é um instrumento que norteia a gestão da bacia hidrográfica e a utilização das verbas públicas para as ações de recuperação e revitalização do rio, tais como a instalação de estações de tratamento de esgoto e os aterros sanitários. Nessa reunião, foi ressaltado ainda que, entre os projetos positivos com bons resultados na Bacia Hidrográfica do Rio Pará, está o de captação da água de chuva, iniciado em 2000.

A Copasa enfrenta em Três Marias problemas com a estação de tratamento de esgoto - ETE -, construída sem a fiscalização da empresa. Segundo a empresa relatou na reunião, há falhas no projeto técnico e na construção da ETE, e o gás gerado no processo de tratamento da estação não é recolhido, causando problemas por seu alto poder de corrosão, poluindo ainda o ambiente e gerando mau cheiro. Por isso, justificou a Copasa, foi necessário interromper as atividades da estação, para limpeza e reparos da tubulação corroída.

Até que se resolva o problema, todo o esgoto da cidade está sendo lançado diretamente no Córrego Barreiro Grande, afluente do Rio São Francisco. A Secretaria de Meio Ambiente de Três Marias informou que o rio está agonizando na região, em virtude da poluição lançada nele dia a dia. A população passa por uma situação ímpar, pois não dispõe de água mesmo vivendo às margens do Rio São Francisco.

Dessa forma, tendo em vista o tema tratado, é pertinente à Comissão Extraordinária das Águas requisitar da Copasa as informações solicitadas.

A iniciativa da proposição encontra amparo no § 3º do art. 54 da Constituição do Estado, que assegura à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a dirigente da administração indireta do Estado. Ainda, conforme o disposto no art. 62, inciso XXXI, também da Constituição Estadual, cabe à Assembleia Legislativa fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Por sua vez, o Regimento Interno da Assembleia, em seu art. 79, VIII, "c", combinado com o art. 233, XII, corrobora o disposto na Carta Estadual, ao estabelecer que compete privativamente à Mesa, com posterior deliberação do Plenário, emitir parecer sobre "requerimento de informações às autoridades estaduais, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa".

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 5.720/2013 na forma originalmente proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de julho de 2014.

Dilzon Melo, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 6.681/2013

Mesa da Assembleia

Relatório

Por intermédio da proposição, a Comissão de Participação Popular requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações acerca das unidades de conservação com regularização fundiária prevista para 2014.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 13/12/2013, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta busca obter informações acerca da regularização fundiária de unidades de conservação - UCs - prevista para o ano de 2014 e origina-se da Proposta de Ação Legislativa nº 1.968/2013, a qual solicitava a alteração do Programa 109 - Proteção da Biodiversidade e Unidades de Conservação -, da proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2014, para restaurar a Ação 4038 - Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.

O diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, em audiência pública promovida pela ALMG no âmbito do monitoramento do PPAG no ano de 2013, afirmou que a regularização fundiária é prioridade do instituto, mas indicou um passivo de 350.000 a 400.000ha de áreas sem regularização fundiária nas UCs de Minas Gerais, dado alarmante, com sérias consequências na vida dos proprietários de terras abarcadas por essas unidades e na qualidade da proteção da sua biodiversidade.

Uma vez criada uma UC de proteção integral, ficam proibidas atividades causadoras de impactos, como cultivo de alimentos, extrativismo ou criação de animais. E, nos casos em que a desapropriação e a devida indenização não são imediatas, não só o proprietário fica impedido de produzir, como fica sem recursos para adquirir novas terras com tal finalidade. Quando moradores não conseguem comprovar a posse de terrenos ou quando são agricultores familiares sem outras fontes de renda, a situação se agrava ainda mais.

Por motivos como esse, o Estado tem recebido duras críticas. Na Assembleia Legislativa, o tema tem sido recorrente nas discussões das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Política Agropecuária e Agroindustrial, além de ser retomado anualmente nas audiências públicas de monitoramento e revisão do PPAG.

Durante o processo de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2014, foi restaurada, por meio de emenda popular, a Ação 4038 - Regularização Fundiária de Unidades de Conservação, com meta física de 75.000 (setenta e cinco mil) hectares de área a regularizar e meta financeira de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Estamos certos de que informações acerca da regularização fundiária de UCs certamente contribuirão para que o Parlamento mineiro exerça a sua função de fiscalização e coopere com a transparência da aplicação dos recursos financeiros nos diversos setores de abrangência das políticas públicas.

Por fim, tem-se que a apresentação da proposição se coaduna com a competência constitucional do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, em conformidade com o art. 62, XXXI, da Constituição Mineira. Além disso, o art. 100, IX, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais assegura a competência das suas comissões para encaminhar pedidos de informação dessa natureza por intermédio da Mesa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 6.681/2013 na forma original.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de julho de 2014.

Dilzon Melo, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.647/2014

Mesa da Assembleia Relatório

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer ao presidente da Assembleia que encaminhe à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a estrutura física da Escola Estadual Doutor Gomes Freire, situada no Município de Mariana.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 23/4/2014, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise, que solicita à secretaria de Estado de Educação informações sobre a estrutura física da Escola Estadual Doutor Gomes Freire, situada no Município de Mariana, foi motivado por denúncia apresentada por Carlos Brito Pinheiro, pai de aluno e membro do colegiado escolar da instituição em questão.

De acordo com o denunciante, no prédio da escola não há refeitório, pátio para a realização de atividades extraclasse e laboratório de informática; o estado de conservação da rede de drenagem é precário; há vazamentos na rede hidráulica; o muro externo tem rachaduras e rebocos soltos. Esses problemas prejudicam o aprendizado dos alunos, colocam em risco sua integridade física e também a de funcionários da instituição.

Caso a descrição da escola de fato corresponda ao relato apresentado, é inequívoco que a instituição não tem condições para acolher adequadamente seus alunos e funcionários. Desse modo, é pertinente o pedido de informações ora apresentado.

Cumpre-nos ressaltar que o pedido de informações a órgão do Poder Executivo integra o rol das competências fiscalizatórias desta Casa Legislativa, conforme disposto no art. 54, § 2º, da Constituição Estadual. Desse modo, não vislumbramos óbices ao requerimento em análise.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.647/2014.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de julho de 2014.

Alencar da Silveira Jr., relator.

**COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÕES**

- O presidente despachou, em 10/7/2014, as seguintes comunicações:

Do deputado Celinho do Sinttrocel em que notifica o falecimento da Sra. Hanna Cristina dos Santos, vítima do desabamento do Viaduto Batalha dos Guararapes, em 3/7/2014, nesta capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Celinho do Sinttrocel em que notifica o falecimento do Sr. Frederico Alan de Souza Paiva, em 5/7/2014, em Coronel Fabriciano. (- Ciente. Oficie-se.)

Da Comissão de Direitos Humanos em que notifica o falecimento da Sra. Maria Aparecida Alves, em 27/6/2014, em Jequitinhonha. (- Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/7/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

nomeando Romulo Henrique Alves Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando, a partir de 14/7/2014, Vanusa dos Santos Craveiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas; nomeando Vanusa dos Santos Craveiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando, a partir de 14/7/2014, Karla Soares Cordeiro Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Karla Soares Cordeiro Lima para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Viegas

exonerando, a partir de 11/7/2014, Sueli Cotta de Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/7/2014, na pág. 10, onde se lê:

“Liliane Cristina de Medeiros”, leia-se:

“Liliane Christimas de Medeiros Duarte”.